

As Comunidades Negras da Costa Pacífica Colombiana: a construção de uma memória coletiva

Jesica Wendy Beltran Chasqui^a
Janete Weber Cancelier^b

Resumo: Este trabalho tem por objetivo compreender como as comunidades negras da costa Pacífica da Colômbia constroem uma memória coletiva e seu sentimento de pertença. Parte-se, dos conceitos de Halbwachs, que com sua obra *a Memoria Coletiva*, rompe com o paradigma que considerava a memória como algo individual. Este conceito é estudado por outros autores os quais conseguiram ir além do Halbwachs, mostrando que a memória é um instrumento de poder, mas que também é um instrumento que reconhece a existência de outras memórias, que Polak tem chamado de subterrâneas. Os conceitos de memória coletiva e subterrânea permitem dar uma explicação aos processos de reconhecimento da população negra do Pacífico colombiano, como 'comunidades negras'. O qual tem permitido o reconhecimento étnico-territorial desta população na Colômbia.

Palavras-chave: Memória Coletiva, Costa Pacífica, Colômbia, Comunidades Negras.

A costa Pacífica da Colômbia é um território que se localiza ao sudoeste do país, esta região contém os departamentos de Choco, Valle del Cauca, Cauca e Nariño, possui uma extensão territorial de 1.300 km², e se situa a uma altitude que varia desde o nível do mar até 2.500

a Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Email: jessi120bel@hotmail.com. Orcid: 0000-0003-1658-842X.

b Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Email: janetewc@gmail.com. Orcid: 0000-0002-4850-5492.

metros de altitude, conforme Figura 1. Este território é banhado por uma grande rede de drenagens e o Oceano Pacífico. Suas características biofísicas lhe tem outorgado o nome de Choco Biogeográfico, sendo esta uma zona reconhecida internacionalmente pelo ecossistema de floresta úmida tropical que cobre menos de 2% da superfície terrestre, e contém entre o 50 e 70% das espécies nativas.

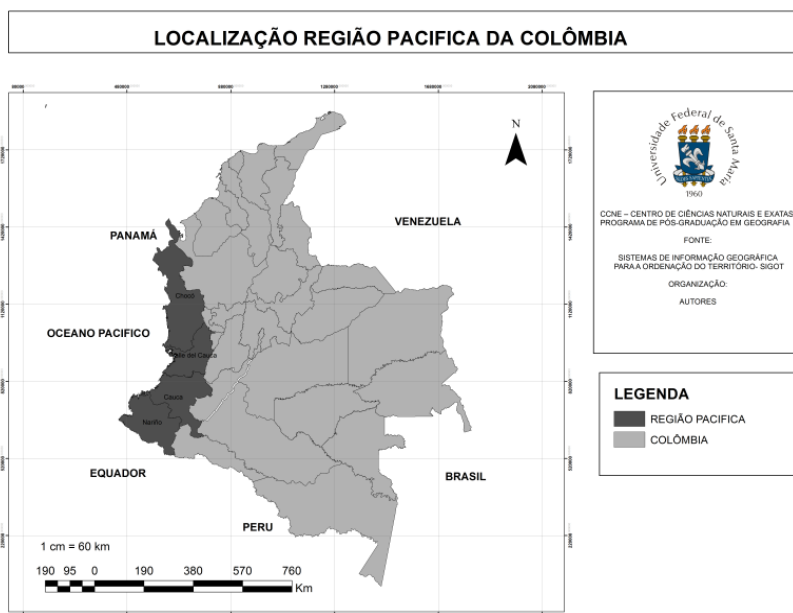


Figura 1 – Localização Região Pacífica da Colômbia. Fonte: Autores 2022.

Na região do Pacífico a maioria da população é negra, são descendentes de escravos trazidos da África para trabalhar na mineração no período colonial da Colômbia, que convivem com indígenas e mestiços. Em meio a complexidade da natureza que os rodeia, a população negra têm-se adaptado com sucesso à selva úmida tropical do Pacífico, tendo encontrado nesta vasta região o lugar propício para (re)produzir e conservar os aspectos culturais trazidos pelos ancestrais,

representando um marco diante do descaso do Estado Nacional em valorizar as raízes e tradições. Desde o período colonial o Estado Colombiano tem se apresentado omissa a essa região do Pacífico, deixando-a abandonada a própria sorte. Neste contexto, é importante compreender a história da formação socioterritorial e o processo de povoamento negro ocorrido no Pacífico para encontrar explicações que ajudem a entender as mudanças étnico-territoriais das comunidades negras da atualidade.

Por outro lado, a crescente chegada de empresas ligadas a exploração de recursos naturais tem representado mais um desafio à permanência de seus habitantes, tendo em vista que os recursos naturais presentes são essenciais para a permanência dos habitantes, tal problema fez com que a comunidade se organizasse e assim pudesse lutar na defesa de seu território, buscando garantir sua permanência e a manutenção de suas raízes.

Explicar como as comunidades negras têm ganhado nos últimos anos visibilidade em termos de reconhecimento étnico-cultural tem possibilitado ganhar batalhas sobre o território com o Estado Colombiano. Este processo que conduziu a titulação de territórios coletivos, o reconhecimento por parte do Estado do multi-culturalismo explica o processo de consolidação da identidade coletiva da comunidade.

Para responder ao objetivo proposto, além da parte introdutória o presente artigo foi estruturado em três seções. A primeira seção apresenta o processo de povoamento negro na costa do Pacífico, a segunda seção a construção da memória coletiva das comunidades negras que se constitui de dois sub-itens e o último as considerações finais. Propomos uma discussão sobre os principais aspectos teóricos e conceituais de teorias oriundas de distintas abordagens disciplinares: Memória Coletiva, termo cunhado pelo sociólogo Maurice Halbwachs (2004), bem como, a noção de representações sociais, pensada, em relação a influência e a produção socio antropológica de Émile Durkheim (1970).

O processo de povoamento negro na costa do Pacífico

A presença de negros na costa do Pacífico da Colômbia inicia com a colonização espanhola, os quais ocuparam as vastas áreas para realizar a mineração com a mão de obra de escravos durante os séculos XVI, XVII, XVIII. Estas áreas eram o habitat de agricultores primitivos, muitos dos quais não resistiram às enfermidades europeias (West 2000).

Uma das razões para que se gerasse o povoamento negro no Pacífico foi à mineração, os espanhóis encontraram áreas com grandes reservas de ouro, extraído com mão-de-obra escrava. A maioria dos escravos negros vinham da costa de Guiné e do Congo, como também é provável que fossem do Oeste do Sudão e Angola (West 2000).

A exploração aurífera compreendia áreas entre Guapi e Buenaventura, ao sul do oeste do Pacífico, onde a “mediados del siglo XVII todos los ríos principales de la planicie costera: el Iscuandé, el Guapi, el Napi, el Timbiquí, el Guafuí, el Saija, el Micay, el Naya, el Yurumanquí, el Cajambre y el Raposo, tenían cuadrillas de esclavos negros.” (West 2000:55).

No Pacífico Caucano, durante os séculos XVII e XVIII encontravam-se os principais centros de exploração de ouro, sendo eles: Guapi, Timbiquí, y San Juan del Micay (hoje López de Micay) (Romero 2001). Para o estabelecimento destes centros de exploração foi necessário a criação de vias de acesso, para conexão com as colônias em Popayán e Cali:

“La entrada a Guapi por tierra era muy difícil, si se intentaba desde Popayán porque implicaba atravesar la cordillera occidental, muy tardíamente se recorrió el camino por veinte de Julio que atraviesa la cuchilla del Tambo y llega a los ríos Micay y Guapi. Así fue por la vía de Tumaco y Barbacoas, por el sur, por Buenaventura, por el norte, que tuvieron que emprenderse empresas de reconocimiento y de establecimiento de Reales de minas en la costa Pacífica caucana. Los empresarios payaneses Mosquera y Valencia entraron esclavos al río Naya y Micay, mientras que los Castro entraron a Guapi y en Timbiquí se establecieron cuadrillas de esclavos de los mineros Arboleda” (Romero 2001:367).

Apesar da abundante presença do ouro, o que era um atrativo aos espanhóis pelo seu valor econômico, as condições de relevo do terreno e principalmente a cordilheira ocidental foram uns dos problemas que enfrentaram os donos das minas, a extrema dificuldade no acesso, as difíceis condições climáticas e naturais da selva úmida, foram também obstáculos para a permanência dos colonizadores espanhóis nestas áreas, o que possibilitou a permanência de negros nestas vastas zonas (Serje 2011).

Na segunda metade do século XVII, os conflitos entre escravos e proprietários de terras se ampliaram por toda a região, num claro exemplo de insatisfação e ingerência oriunda do Estado, expondo ainda mais os problemas sociais locais, “que la Corona, que la iglesia, que los señores de minas, cuadrillas y haciendas no tenían los medios ni los dispositivos de control en sus manos para impedir los desórdenes que se provocaron” (Barona 2001:176).

Barona (2001), explica estes eventos, argumentando que já no século XVII se tinha uma clara fragmentação do território da Nueva Granada (hoje território colombiano). A Governança de Popayán¹, uma das divisões político-administrativas mais extensas da colônia, onde se assentavam os principais pontos de exploração de ouro, começava a configurar no que Barona tem chamado de arquipélago², pois sua administração já nesse período apresentava fissuras no sistema econômico regional, o que posteriormente conduziu ao isolamento, junto com a região Pacífica. No entanto “La configuracion de archipelago de los territorios coloniales tambien dio paso al surgimento de parajes y sociedades de frontera” (Barona 2001:176).

A ocupação territorial por parte dos negros ocorreu por várias razões, entre as quais cita-se a mineração e a criação de quilombos. Muitos dos escravos enfrentaram a escravidão fugindo das zonas de exploração de ouro, e outros pagando pela sua liberdade (Romero 2001). O Pacífico, de uma forma ou outra, foi um lugar de refúgio, onde empreenderam-se processos de colonização interna, embasados pela combinação inicial da mineração e agricultura.

Posterior ao processo de independência, durante o século XIX, e com abolição da escravidão, ocorreu o êxodo de negros para o Pacífico, “En el área minera ubicada entre Buenaventura y Guapi, la migraciones ocurridas depues de 1851 se diriguiéron sobre todo hacia las tierras agrícolas situadas dentro y cerca de la zona de humedales de agua dulce próximos a las costas” (West 2000:57).

Os negros, ex-escravos em sua maioria, terminaram deixando de lado as práticas de mineração e começaram a aproveitar os recursos naturais da região, aprenderam com os poucos indígenas que ficaram a pescar e a cultivar a terra, se adaptaram as técnicas de transporte marítimo, aproveitando assim o mar e o manguezal (Ariza *et al* 1999).

Robert West, em sua obra pioneira *Las Tierras bajas del Pacifico Colombiano*, reconhece que a relação de convivência e intercambio cultural que existia entre indígenas e negros permitiu um aprendizado por parte do negros, sobre as forma de cultivo, de pesca, e até de povoamento, o qual ocorre sobre o cursos dos rios. O autor evidencia que:

“Los negros aprendieron las técnicas agrícolas de los indios, así como también aprendieron de ellos sus métodos de construcción. En tiempos coloniales, los mineros españoles de las tierras bajas dependían del trabajo forzado de indígenas para alimentar las cuadrillas de esclavos. Los indios debían entregar una cierta cantidad de maíz y plátanos cultivados en sus propias tierras, o de lo contrario tenían que ir a trabajar en los terrenos pertenecientes al dueño de la mina. En tiempos de escasez de comida, a veces las mismas cuadrillas de esclavos cultivaban su comida, probablemente bajo las ordenes de un agricultor indígena” (WEST 2000:66). [...] “los negros han heredado las tradición de pesca indígena, incluyendo sus variadas técnicas” (West 2000:78).

Segundo Romero (2001), essa nova realidade transformou e impulsionou a comunidade a buscar soluções para ocupação territorial. Os deslocamentos de forma longitudinal foram em direção à floresta e as partes baixas dos rios, na busca de recursos agrícolas e de estabelecimento de comunicação e comércio com outras comunidades. No sentido transversal, os deslocamentos se deram em direção à floresta

na busca pela reimplantação de árvores frutíferas, criação de animais, e em busca de madeiras para a construção de casas e canoas.

Desta forma, a atual configuração da costa da região Pacífica Colombiana é resultante de todo um processo histórico de colonização. Desde seu início, no período colonial, já havia uma profunda desigualdade em termos de desenvolvimento socioeconômico, em relação as demais regiões, e grande desarticulação com o território nacional, sendo esta uma região esquecida pelo Estado; e que apesar de inicialmente possuir uma expressiva reserva de ouro, na atualidade é uma das regiões mais pobres e com piores indicadores de desenvolvimento social da Colômbia, a qual sofre com problemas de violência armada, deslocamentos forçados, narcotráfico, entre outros.

Apesar de todos os problemas presentes e sua desarticulação ao Estado-Nação, a região da costa do Pacífico, segundo Barona (2001), fundou a originalidade de sociedades e culturas, produzindo umas diversidades culturais, variantes econômicas e sociais que até hoje nos surpreende e impactam. Como elemento positivo, destaca-se a capacidade da comunidade negra de resistir às adversidades de toda a ordem. Paradoxalmente, pode-se afirmar que o ponto positivo está relacionado a um importante aspecto negativo, relacionado à invisibilidade de seus habitantes e territórios. A invisibilidade e o abandono do Estado, não foi capaz de fazer com que os habitantes abandonassem a região, ao contrário, fez com estes se organizassem e lutassem pela permanência de seus territórios e a manutenção de suas formas de vida e organização social.

Da invisibilidade à construção de uma memória coletiva

O reconhecimento do território levou as comunidades negras a se organizarem em busca do reconhecimento legal de seu território. Na atualidade este conjunto de comunidades negras se define segundo a Lei 70 de agosto de 1993 como um “conjunto de famílias de ascendência afro-colombianas que poseen una cultura propia, comparten una historia y tiene sus propias tradiciones y costumbres dentro de la

relación campo poblado, que revela y conservan conciencia de identidad que las distingue de otros grupos étnicos” (Plan de Desarrollo Municipio Lopez de Micay 2012-2015 21).

Convém perguntar-se como se gerou esta noção de comunidades negras na Colômbia. A explicação a essa configuração chamada de comunidades negras, através da construção de uma memória coletiva negra pode ser explicada por meio da obra de Maurice Halbwach que em sua obra *‘La Memoria Coletiva’* (2004). A memória é a capacidade que tem os indivíduos de reconstruir seu passado no presente, deixando claro que esta construção se faz de forma coletiva.

“Os indivíduos usam imagens do passado enquanto membros de grupos sociais, e usam convenções sociais que não são completamente criadas por eles. Indivíduos não recordam sozinhos, quer dizer, eles sempre precisam da memória de outras pessoas para confirmar suas próprias recordações e para lhes dar resistência” (Santos 2003:43).

A noção de memória coletiva também “amplia as possibilidades epistemológicas da história e rompe com as narrativas que se apoiavam em um desenvolvimento linear de fatos, grandes feitos e atos heróicos” (Santos 2003:44). Tal concepção se pode evidenciar na descrição de Barona, ao reconhecer que:

“Las manifestaciones y las expresiones propias del archipiélago no fueron recogidas por los narradores y escribientes de hechos y cosas de la conquista y posterior colonización porque pertenecían al orden de lo que no podía ser dicho, es decir, estaban por fuera de la memoria y olvido imperiales que pretendieron narrar la verdad del sucedido” (Barona 2001:177).

Reconhecer que a nação se tem narrado a partir de memórias oficiais, inscritas nos livros de história a partir de um contexto hegemônico e de população branca na Colômbia, implica reconhecer que existem outras histórias paralelas à história oficial. Neste sentido, Pollak (1989), considera que além da memória representar uma construção que se faz em coletivo, a memória é “uma imposição uma forma específica de dominação ou violência simbólica” (Pollak 1989:1),

é um instrumento de poder que carrega um discurso hegemônico que se considera oficial.

Pollak destaca que “na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva” (Pollak 1989:1), tradição que foi apropriada pelas pessoas que construíram a memória oficial da Colômbia, sendo esta uma memória branca, a qual rejeita outras memórias, neste caso uma memória negra, uma memória subterrânea. Este autor diz ainda que a memória subterrânea faz referência as lembranças que permaneceram durante muito tempo confinadas no silêncio e que por sua vez, foram transmitidas de geração a geração de forma oral, e portanto permanecem vivas.

Nesta linha de raciocínio, a memória das comunidades negras na Colômbia representa um estrato subterrâneo, na medida em que estas comunidades e seu território foram invisíveis ante a construção de um projeto nacional chamado: Colômbia, “se parte aquí entonces de la consideración de que la nación se ha definido en contraposición a sus *confines*: a aquellas áreas geográficas habitadas por grupos aparentemente ajenos al orden del Estado y de la economía moderna” (Serje 2011:20). Vários outros antropólogos, se referem a esta situação, entre os quais Eduardo Restrepo fala de uma “invisibilidade estereotípica e dupla articulação da discriminação racial” assinala:

“Invisibilidad supone un silenciamiento deliberado, un ocultamiento como clara expresión de las ideologías racistas de las elites. A los ojos de la autora, este racismo sería el que explicaría porque los ‘estudios de negros’ no eran considerados antropología por sus colegas en el Instituto Colombiano de Antropología y la razón por la cual no había cursos sobre las trayectorias y presencias negras en las universidades” (Restrepo 2016:169).

Isso possibilitou o desenvolvimento de uma sociedade paralela ao Estado, como resultado de todo um processo de povoamento em direção ao Pacífico, e que a partir dos anos de 1980 começa uma

reconstrução de sua própria memória coletiva na busca pela permanência e reconhecimento de seu território. Esse processo se amplia em decorrência da chegada de grupos armados e empresas que, com o auxílio do Estado, procuram explorar os recursos naturais e provocam deslocamentos forçados das populações negras com o uso de violência armada, ocasionando conflitos pela terra e o território.

Nesta medida e organizados como movimentos sociais, ao longo da faixa do Pacífico, as populações negras começaram a tarefa de reconstrução da sua memória coletiva, sendo esta uma construção social que constantemente se modifica no ato de recordar para trazê-la ao presente e relacioná-la ao contexto espacial atual (Halbwachs 2004). Que para o caso da costa do Pacífico Colombiano, compreende uma relação entre memória e o surgimento de uma identidade negra ou afrodescendente, que lhes permite defender os direitos pelo território, gerando assim um processo que Restrepo (2004), chama de etnização das comunidades negras.

Vale enfatizar que esta discussão se opera a partir das contribuições também de Émile Durkheim (1970), sobre o entendimento das representação coletiva o que possibilita visualizar os entendimentos produzidos pelas análises de Halbwachs (2004), sobre o desenvolvimento de uma memória coletiva. Estes dois campos teóricos, Memória Coletiva e Teoria das Representações Sociais, dão base para uma análise mais consistente deste fenômeno da construção de uma memória étnica com as comunidades negras da costa pacífica da Colômbia, percebendo estes múltiplos fenômenos sociais.

A etnização da memória

Durante as primeiras décadas do século XX, se acentuaram as formas de articulação da região Pacífica da Colômbia ao mercado nacional e internacional, principalmente a partir da modalidade de extração dos recursos naturais (Ariza *et al* 1999). Esse processo levou os habitantes, que ocuparam estas terras, a se organizarem perante a ameaça de serem despojados de suas terras, pois o Estado desconhecia

sua presença (Restrepo 2004). O Estado nacional colombiano tinha declarado a região do Pacífico, a Amazônia, entre outras, como terras desocupadas e sem donos, isto particularmente mal definido, pois na realidade se tratava de terras ocupadas, mas seus ocupantes, pela sua condição histórica, não possuíam uma escritura de propriedade, tendo o Estado a posse das terras. Dessa forma, “eran otorgadas concesiones y permisos de explotación de sus recursos forestales y mineros a compañías foráneas” (Restrepo 2004:272).

No momento em que o território do Pacífico Colombiano se vê ameaçado pela chegada de empresas que visam explorar os recursos naturais da região, os camponeses (povos nativos) começam a organizar um movimento social, onde buscam e lutam pelo direito de permanecer sobre seu território, o que gerou posteriormente o reconhecimento destes grupos como comunidades negras. É importante ressaltar que neste sentido a memória se constitui numa ferramenta e num processo de criação de atores sociais para a formalização de sua história (Pollak 1989), permitindo assim a construção de uma etnomemória.

Segundo Restrepo, o rio médio Atrato³ foi o cenário onde começaram os processos de reconstrução da memória da população negra na Colômbia:

“Se generó por primera vez una noción y estrategia organizativa que constituye a las comunidades negras como grupo étnico con un territorio, unas prácticas tradicionales de producción y una identidad cultural específica. Esta noción y estrategia organizativa fue inicialmente concebida como una respuesta a la creciente amenaza de despojo de los recursos y las tierras habitadas por estas poblaciones durante varias generaciones a manos de un estado que desconocía su presencia. Este desconocimiento se había evidenciado en la otorgación de concesiones o permisos de explotación de sus recursos forestales a grandes compañías” (Restrepo 2013:37).

A crescente ameaça a destruição de um território ancestral e da biodiversidade foram as causas para que essa memória subterrânea começasse a emergir como bem aponta Restrepo.

“Esas representaciones de unas comunidades campesinas conocedora de su entorno, con unas prácticas tradicionales de producción y unos sistemas de propiedad y racionalidad economía como expresiones de su exitosa adaptación a los ecosistemas de la región fueron fundamentales en la gestación de discursos y estrategias organizativas que llevaron a imaginar por vez primera las comunidades negras como un grupo étnico y, en consecuencia, a demandar frente al estado colombiano el reconocimiento de ciertos derechos como la titulación colectiva de los bosques del área del medio Atrato” (Restrepo 2013:38).

Contudo, também se deve considerar que a construção dessa memória os etnizou, no sentido que a subsistência dos grupos étnicos não implica apenas a existência de critérios e sinais de identificação, senão uma estruturação das interações que permitem a persistência de diferenças culturais (Barth 2000), que se perpetuam a partir da apropriação de um território rico em recursos naturais como é o Pacífico o Chocóbiogeográfico.

A constituição de 1991 e a Lei 70 de 1993.

A nova constituição da Colômbia de 1991 possibilitou novos processos de reivindicação de direitos referente à titulação de terras para a população negra do Pacífico, já que introduziu a multiétnicidade e pluriculturalidade na Colômbia (Restrepo 2013), o qual significou uma mudança do discurso colonial no qual:

“La nación colombiana era definida por el proyecto decimonónico de una sola lengua, una sola religión y una sola cultura. La elite política eurodescendiente de aquel entonces imaginaba la fundación de la ciudadanía y de la nación en un proyecto que anclado en el ideario de la Ilustración eurocentrado pretendía una homogeneidad cultural que se superponía con el imaginario de progreso y la *civilización*, encarnado en el castellano y en la religión católica” (Restrepo 2004:273).

Neste contexto, fica claro que as pessoas negras, por um lado não tiveram lugar neste projeto de construção nacional, pois se passavam como uma sociedade atrasada, de maneira que o surgimento da cons-

tituição de 1991 muda o paradigma, o que permite o reconhecimento de que existe outra história, uma história não registrada.

Outra das conquistas da população negra, e uma dos mais importantes, foi à expedição da Lei 70 de 1993, por meio do artigo transitório 55 da nova Constituição de 1991. Este artigo e lei passam a permitir o reconhecimento da propriedade coletiva da população negra sobre territórios ribeirinhos da bacia do Pacífico (Ariza et al. 1999: 50). Mas também transforma estas populações em comunidades negras, o que segundo Restrepo os etnizou, pois “se establecieron las bases jurídicas para las primeras representaciones de su identidad étnica plasmada en la ley” (2013:93).

A Lei 70 de 1993 possibilitou novas formas de organização nas diferentes comunidades assentadas ao longo da costa do Pacífico, que reclamam por seus direitos sobre o território e pela titulação das terras que vem ocupando ancestralmente. Esse processo termina com a titulação de territórios coletivos chamados de conselhos comunitários, os quais tem autonomia territorial e de governança, o que tem exigido por parte destas comunidades a reflexão e apropriação social e cultural desta nova forma de organização territorial (Ariza et al 1999).

Atualmente já se tem outorgado terras em grande parte da região da costa do Pacífico Colombiano e quase todo o Pacífico do departamento do Cauca. “se ha logrado titular cerca de cinco millones de hectáreas en la región del Pacífico” (Restrepo 20013:117)

Estas comunidades não só procuram a conservação e proteção da região da costa do Pacífico na Colombia, por ser este rico em relação a presença de recursos naturais, mas principalmente pelo fato desta região ser o espaço onde se reafirma a cultura negra, como pode ser observado na Figura 2.

Deste modo, as comunidades negras da costa do Pacífico Colombiano têm-se apropriado de um discurso, criado por uma memória coletiva que esta em continua construção, a qual reafirma e fortalece sua identidade cultural, pois resalta que “el obrero, el campesino, el leñatero, el pescador, la conchera, el ciudadano o el costeño configuran la

gran mayoría de los sujetos de derecho y de hecho en la ultimas décadas antes de la etnización de la comunidade negra” (Restrepo 2013:102).



Figura 2 – Paisagem da Região Pacífico. Fonte: Beltrán 2014.

Considerações finais

Na atualidade a construção de uma memória por parte das comunidades negras na Colômbia, representa uma conquista em termos de autonomia territorial e reconhecimento como grupos étnicos, por sua permanência histórica em lugares ancestrais e de grande valor ecológico, o qual mostra também como vão se edificando novas relações entre essas comunidades e o Estado, principalmente pela visibilidade das mesmas e o reconhecimento de sua presença histórica.

É importante destacar que esta memória negra, está em contínua reconstrução, é dinâmica, como o menciona Pollak, “[e]sse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e futuro” (Pollak 1989:8), já que a etnização da memória se converteu numa ferramenta que estas comunidades negras têm, para poder permanecer em seu território.

Outro aspecto importante que explica os processos da atualidade e de como se vem construindo uma memória coletiva negra, deriva de sua presença desde o período colonial e de como o isolamento geográfico ante a construção de uma nação permitiram a permanência e configuração de toda uma cultura ancestral de descendência Africana, que hoje conhecemos como comunidades negras.

Por fim, precisa-se reconhecer que estas comunidades possuíam e possuem um significativo papel perante o espaço que ocupam e na própria consolidação atual da sociedade colombiana, seja na ancestralidade enquanto escravos trabalhando nas minas com o árduo trabalho da extração do ouro, e mais recentemente mantendo a luta pela permanência de seu território e a preservação dos recursos naturais, tendo em vista que sua relação com a natureza ocorre de forma mais sustentável do que as realizadas pelas empresas de mineração.

Notas:

¹ A Governação de Popayán foi uma das divisões políticas e administrativas mais vastas durante o período colônia no século XVIII.

² Guido Barona em seu artigo *Economia, colonia y archipiélado regional*, introduz o nome de arquipélago para explicar a insolação que teve a Governação de Popayan (hoje departamento do Cauca), desde o período colonial, o qual é uma das explicações à marginalização e insolação geográfica e socioeconômica não só da região Pacífica, senão do departamento do Cauca frente aos processos de desenvolvimento do país (Barona 2001).

³ Este faz referencia a área do curso médio do rio Atrato, este por sua parte é o rio mais caudalosos da Colômbia, nas margens habitam comunidades indígenas e afrodescendentes.

Referências:

- ARIZA, V., CHAVARRO, P. & VARGAS, P. 1999. *Paisajes vividos, paisajes observados: la percepción territorial en la zonificación ecológica del pacífico colombiano*. Bogotá: Editorial Gente Nueva.
- BARONA, B. Guido. 2001. "Economía colonial y archipiélago regional". In BARONA, G. & GNECCO, C. (eds.): *Territorios Posibles*, pp. 170-185. Popayán. Editorial: Universidad del Cauca.
- BARTH, Fredrik. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- DURKHEIM, E. 1970. *Representações Individuais e Representações Coletivas. Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense.
- HALBWACHS, Maurice. 2004. *La memoria colectiva*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza.
- PLAN de desarrollo municipio Lopez de Micay. *Para volver a creer 2012 -2015*. Alcaldía municipal de Lopez de Micay.
- POLLAK, Michael. 1989. "Memoria, Esquecimento, Silencio". *Estudos Históricos*, 2(3):3-15.
- RESTREPO, Eduardo. 2004. "Biopolítica y alteridad:dilemas de la etnización de las colombias negras". In RESTREPO, E. & ROJAS, A. (eds.): *Conflictos e (in) visibilidad. Retos en los estudios de gente negra en Colombia*, pp. 271-299. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- RESTREPO, Eduardo. 2013. *Etnización de la negritud: La invención de las comunidades negras como grupo étnico en Colombia*. Popayán: Universidad del Cauca.
- RESTREPO, Eduardo. 2016. *Estudios afrocolombianos en la antropología: tres décadas después. En Tocancipá, Jairo Antropologías en Colombia: tendencias y debates*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- ROMERO, Diego M. 2001. "Los pueblos de afrocolombianos". In BARONA, G. & GNECCO, C. (eds.): *Territorios Posibles*, pp. 362-372. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- SANTOS, Myrian. 2003. *Memoria colectiva e teoría social*. São Paulo: Annablume.
- SERJE, Margarita. 2011. *El Revés de la Nación. Territorios Salvajes, Fronteras y Tierras de nadie*. Bogotá: Universidad de los Andes.
- WEST, Robert. 2000. *Las tierras bajas del Pacífico colombiano*. Bogotá: Universidad de los Andes.

The Black Communities of the Colombian Pacific Coast: the construction of a collective memory

Abstract: This paper aims to understand how black communities of the Pacific coast of Colombia build a collective memory. It starts from the

concepts of Halbwachs, who with his work *Collective Memory*, breaks with the paradigm that considered memory as something individual. This concept is studied by other authors who managed to go beyond Halbwachs, showing that memory is an instrument of power, but that it is also an instrument that recognizes the existence of other memories, which Polak has called subterranean memory. The concepts of collective memory and subterranean memory allow us to explain the processes of recognition of the black population of the Colombian Pacific as 'black communities'. This has allowed for the ethnic-territorial recognition of this population in Colombia.

Keywords: Collective Memory, Colombia, Pacific Coast, Black Communities.

Recebido em dezembro de 2020.

Aprovado em julho de 2022.